



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ORGÃO DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
ANO III Nº 35 2ª QUINZENA DE JUNHO DE 1992 - Cr\$ 500,00

Contra o governo corrupto,
antinacional e antipopular convocar
os Tribunais Populares.
Nada de campanha distracionista
pelo impeachment !
Abaixo o Governo Collor,
Por um Governo
Operário e Camponês

Nas eleições municipais:
Voto Nulo programático,
Pela construção do Partido Operário
Revolucionário !

Participar ativamente dos comitês
contra as prisões políticas e
pela absolvição dos condutores
ameaçados pela prefeitura petista e
pelo estado burguês

O ESTADO E A REVOLUÇÃO - 2ª PARTE A DITADURA DE CLASSE DA BURGUESIA.

A burguesia e seus representantes procuram esconder a essência do Estado: o exercício da ditadura da minoria capitalista sobre a maioria trabalhadora. Lenin expõe assim a teoria marxista do Estado: "para Marx, o Estado é um órgão de dominação de classe, um órgão de SUBMISSÃO de uma classe por outra; é a criação de uma ordem que legalize e consolide essa submissão, amortecendo a colisão das classes" (O Estado e a Revolução).

O Estado é uma força, um poder de sustentação da classe exploradora nas condições de luta de classes. A burguesia não teria como manter o regime de brutal exploração do trabalho, que traz fome, desemprego, miséria, se não possuísse o exército permanente, a polícia e todo aparato judicial.

Engels, ao expor os fundamentos da ditadura de classe do Estado, constata que se trata de uma instituição que "separa cada vez mais da sociedade, colocando-se por cima dela. "Esse poder público separado é indispensável, porque a organização espontânea da população em armas se tornou impossível desde que a sociedade se dividiu em classes" (...) "Compreende não só homens armados, como também elementos materiais, prisões e instituições coercitivas de toda espécie, que a sociedade patriarcal (clã) não conhece".

O exército não pertence a toda sociedade, como costuma apresentar os capitalistas. É o braço armado da minoria contra a maioria. Por isso, se constitui em um corpo especial voltado a impedir que as massas se armem e a sufocar as rebeliões dos famintos. "Essa força, que sai da sociedade, ficando,

por cima dela e dela se afastando cada vez mais, é o Estado".

Uma legião de funcionários públicos, principalmente, os da alta hierarquia, manejam o Estado a serviço da opressão. Forma uma burocracia estatal corrompida e parasitária. "Investidos do poder público e do direito de cobrança de impostos escreve Engels os funcionários, considerados como órgãos da sociedade, são colocados ACIMA da sociedade".

O papel político, administrativo e repressivo do Estado advém das relações econômicas fundadas na exploração do trabalho. "O Estado representativo moderno é um instrumento de exploração do trabalho assalariado pelo capital". No Brasil, o Estado se originou sobre a base da escravidão colonial e evoluiu para a forma precisa de Estado capitalista, ou seja, baseado no trabalho dos operários, que são os escravos modernos do capital.

As rebeliões populares na Colônia foram sufocadas a poder das armas pelos colonizadores portugueses, e as lutas operárias enfrentadas com violência pela burguesia que se formou.

Os golpes militares, bem como a democracia das armas, são manifestações da ditadura da burguesia brasileira e internacional contra a maioria oprimida. A política dos reformistas de transformar o Estado por dentro ou modificá-lo a favor dos trabalhadores através de eleições é uma farsa, que serve para sustentar o regime de exploração. Por isso, combatem ferreamente a teoria marxista de que o Estado é a encarnação da ditadura da minoria contra a maioria.

O QUE PRETENDE A CPI DA CORRUPÇÃO?

Somente depois que o escândalo de corrupção Collor-Paulo Cesar Farias se tornou incontornável e impossível de ser abafado é que o Congresso Nacional decidiu por instalar mais uma famosa Comissão Parlamentar de Inquérito, completamente impotente. E esta foi possível apenas devido a um acordo de cavalheiros entre o governo e os partidos burgueses de oposição. O seu presidente e o relator são homens chegados ao Presidente. Tudo foi montado com o objetivo de desvincular Collor de Paulo César Farias, o PC, de forma que o Presidente corupto e chefe da máfia oligárquica saísse ilimpado.

A trama montada no Parlamento teve por explicação a necessidade de se evitar uma crise institucional de grandes proporções. Ou seja, que o chefe burguês da nação fosse investigado pelo Congresso e considerado o grande responsável pelas falcatruas, que vêm desde a formação da caixa eleitoral de US\$ 100 mil, que viabilizou a sua vitória contra Lula. E o que faria então o Congresso Nacional, tão corrompido quanto as demais instâncias do Estado? Manteria Collor até 1994? Teria forças para afastar o chefe da República das Alagoas, como foi denunciado pela própria burguesia? Não haveria o perigo de se abrir uma profunda ruptura no poder do Estado e dar lugar a uma convulsão social? Temendo que a crise evoluísse a tal ponto, num quadro de recessão econômica, retorno dos desequilíbrios financeiros da União e o crescimento da miséria, foi que as forças políticas chegaram a conclusão de que se instalasse uma CPI apenas para investigar Paulo Cesar Farias.

O depoimento de Pedro Collor isentando seu irmão das acusações foi parte de um acordo mais geral. Acima da disputa de interesses das famílias oligárquicas deveria estar a nação. Ou melhor, a manutenção da integridade do corrupto e reacionário governo era necessária perante as massas, que tem arcado com a política pró-imperialista e antipopular de Collor. Em nosso país, a burguesia não conseguiu o artifício da separação entre governo e Estado, sob a forma do parlamentarismo.

Através da decadência do governo, o Estado se revela plenamente como organismo da apodrecida e parasitária burguesia. Desta forma, preservar o chefe da máfia estatal como forma de preservar o Estado burguês perante a maioria oprimida foi um ato imediato de todos os partidos, inclusive do PT, com sua vacilação e concordância com a CPI mista e incapacidade de se voltar para a mobilização dos trabalhadores.

A CRISE POLÍTICA FORÇA PASSAGEM

O extraordinário da manobra para isolar Collor do Escândalo e que os depoimentos acabam sempre evocando a figura presidencial. O receio dos partidos da chamada crise institucional é que se revelar o comprometimento do "chefe da nação" se comprometerá de conjunto as instituições patronais. A corrupção econômica é própria da política burguesa, prepassada pelo crivo dos mais abrangentes interesses capitalistas e marcada pelo atraso semicolonial da burguesia brasileira, em cujo interior sobrevive a influente oligarquia dos coronéis, adaptados à situação de industrialização de uma parcela do país.

A denúncia do deputado José Thomaz Nonó (PMDB-AL) de que Collor e PC Farias manipularam fraudulentamente a liquidação do Banco do Estado de Alagoas (Produban), desviando uma fábula para a campanha eleitoral, através dos bancos BMC e Sudameris, expôs a nu a chaga do parasitismo e da natureza da política burguesa. Seguindo a mesma gravidade, se trouxe à tona o acordo de Collor com os usineiros, endividados em US\$ 1 bilhão com o Estado, de favorecimento de impos-

tos (ICM). Calcula-se que "Cr\$ 12 milhões foram para a campanha da Presidência da República" (Estadão - 12 de julho). Esta denúncia foi feita pelo irmão Pedro Collor.

Por mais que a CPI procure proteger o governo, a divisão interburguesa e mais poderosa e faz os fatos surgirem dos bastidores do Estado. A crise política força passagem, pois expressa a quebradeira econômica do país, o que atinge os interesses mais diversos da burguesia oligárquica.

A aproximação das eleições municipais, cuja importância está na projeção da eleição presidencial, se constitui num fator dinâmico da crise burguesa. A assinatura de uma Carta Aberta à População por Benito Gama (PFL), presidente da CPI, considerando a possibilidade de afastamento de Collor por impeachment, comprova a dificuldade de isentá-lo pura e simplesmente das acusações. Por outro lado, a família dos Farias ameaça dizer o que sabe, caso o PC continue a ser encurralado. As revelações de que Pedro Collor fazia parte da quadrilha de intermediários em grandes negociações alarga a luta intestina na classe dominante.

O IMPEACHMENT OU O ABAIXO COLLOR?

A acomodação do PFL no interior da crise, colocando a necessidade de se descomprometer com o governo em naufrágio, e o apoio do presidente da CPI à Carta Aberta, que menciona a possibilidade do impeachment, tem entusiasmado setores da oposição burguesa, da qual faz parte o PT aburguesado. Os petistas (Articulação) logo correram a levantar a bandeira do impeachment, quando no seu I Congresso se colocaram contra a moção de antecipação das eleições e Fora Collor, do bloco de esquerda.

A monumental crise de governabilidade está obrigando os partidos burgueses a preparar uma possível remoção de Collor, sem que se aprofunde demasiadamente a crise do regime político e dê lugar a uma revolta das massas descontentes. O impeachment seria uma solução burguesa, dada pelo Congresso Nacional, em que se troca o presidente pelo vice (Itamar Franco) e se mantém assim o governo. Mas o impeachment também é um mecanismo para ludibriar o problema, uma vez que depende de um grande consenso das tendências burguesas.

A mudança de posição do PT é sintoma de que se gesta em um setor da burguesia tal variante da crise. Sob sua orientação, a Executiva da CUT lançou as bandeiras: "basta de corrupção", "CPI prá valer" e "impeachment para Collor".

A central sindical se coloca como instrumento de pressão e a reboque de uma ala descontente da burguesia. A direção nacional expressa a política parlamentar e a evolução dos acontecimentos controlados pelas instituições do Estado burguês.

O impeachment se contrapõe à necessidade de cobrir para as massas a tarefa de luta diretamente contra o governo corrupto antinacional e antipopular, cuja derrubada viria da vontade da maioria oprimida, que para isso teria de evoluir para posições de classe independente e criar as condições para um governo operário e camponês.

O PT e a CUT (sua direção), submissos ao Estado e à democracia burguesa, renegam esta tarefa, quando é a única via revolucionária de combater o governo Collor. Há que se denunciar estas manobras distracionistas e defender ABAIXO O GOVERNO CORRUPTO, ANTINACIONAL E ANTIPOPULAR.

A RESPOSTA É CONVOCAR OS TRIBUNAIS POPULARES

Estamos diante de uma grande crise de regime, que aparece na forma de corrupção, esbanjamento e desmandos. Que classe resolverá? Os reformistas dirão que a classe operária não está suficientemente organizada e que ao mesmo tempo não se pode deixar o problema inteiramente nas mãos da burguesia. Para eles, proletários e burgueses "progressistas" deverão se unir em torno da saída possível: o impeachment.

Não há nada mais enganador. Tal caminho é próprio da burguesia e por ele nada será resolvido a favor das massas e do país. Se a classe operária não está amadurecida para impor seu governo e destruir o poder burguês, isto se deve em grande medida à política burguesa de suas próprias direções operárias e pequeno-burguesas. Colocar para as massas colaborar com a

burguesia e com o parlamento para o impeachment é manter tal política. Assim, o proletariado nunca amadurecerá como classe revolucionária. Sempre estará na dependência desta ou daquela fração patronal.

Esse mesmo argumento vale para os democratas esquerdistas que defendem a via da antecipação das eleições diretas, sintetizada na bandeira do Fora Collor. A CS prima por manter a ambiguidade. O Fora Collor serve tanto para antecipação quanto para a insurreição. O seu conteúdo varia conforme a tendência. Porém, sabemos que de fato não passa de uma outra variante democrático-burguesa; diferente apenas na forma do impeachment. Não é por acaso que no chamamento aos comitês Fora Collor se limitam à campanha plebiscitária de rua. Frente à crise de poder da burguesia, a classe operária

deve impor seus próprios meios e métodos.

No caso em que a crise se reveste de corrupção, a resposta independente são os tribunais populares convocados pela CUT, sindicatos, associações, centros estudantis e partidos que se reivindicam do movimento operário e popular. As massas deverão expressar seu julgamento através de organismos construídos por elas mesmas e contrapostos às instituições burguesas. Assim poderão colocar suas reivindicações, se organizarem, criarem um movimento nacional e amadurecerem para a luta por um governo operário e camponês.

A T-POR, sem se apartar do movimento das esquerdas pelo Fora Collor, levanta a bandeira:

TRIBUNAIS POPULARES E ABAIXO COLLOR!

Articula-se a farsa eleitoral

Os partidos começam a definir suas candidaturas. As convenções de 14/6 aprovaram os nomes de Aloysio Nunes Ferreira pelo PMDB, para vice de Maluf Sólton Borges dos Reis, pela coligação PDS/PTB/PL e Gumerindo Milhomem para vice de Suplicy. Para completar o quadro da disputa falta o PFL resolver sua crise interna em torno do nome de Silvio Santos, o PSDB e o PDT determinarem seus nomes.

De agora em diante, os partidos se concentrarão na caça dos votos e as eleições serão trabalhadas como o principal acontecimento político. Estas ocorrem numa situação de bancarrota do governo Collor chefe da corrupção, e de crescente miséria dos trabalhadores, que arcam com o alto custo de vida, com os salários rebaixados e com as demissões em massa.

A campanha municipal tem importância para todos os partidos, porque as prefeituras servirão de alavanca para a disputa presidencial em 1994. Sem dúvida, todos os partidos se esforçarão por demonstrar contrários à corrupção e à política recessiva que tem esmagado os trabalhadores.

Entretanto, o que os caracteriza, inclusive o PT, é a política comum de sustentação do governo pró-imperialista e antipopular de Collor. A oposição burguesa do PMDB, PSDB e PDT são responsáveis diretos pela votação dos planos econômicos que têm deprimido a produção e destruído milhares e milhares de empregos.

O PT, embora não represente organicamente nenhuma fração do capi-

tal, tem desenvolvido uma política pró-capitalista, que quer dizer uma política oposta à luta direta das massas e de conciliação com os partidos da oposição burguesa. Além de não estar voltado para a mobilização dos trabalhadores contra o governo antioperário, vem submetendo as reivindicações mais elementares dos assalariados ao parlamento burguês, cujo resultado tem sido a política salarial de fome e miséria. O exemplo mais significativo foi a colaboração do PT na aprovação do *salário mínimo*. A mais recente foi a repressão policial aos grevistas condutores levada a cabo pelo seu governo democrático e popular de SP.

Esta descrição demonstra que as massas trabalhadoras não terão nestas eleições nenhum partido que expresse a independência frente à burguesia e a necessidade de luta direta contra a opressão capitalista e a ofensiva do imperialismo sobre o Brasil semicolonial. Os reformistas do PT dirão que se trata de dois projetos distintos: o da direita e o do campo progressista. Por isso, inclusive, a direção petista trabalhou para que houvesse uma aliança com o PSDB. Se é verdade que a candidatura de Suplicy se diferencia do direitista Maluf, o essencial é que ela está voltada para reformar o sistema de exploração do trabalho e para isto é necessário colaborar com setores do capital, contendo a luta de classes.

A experiência dos governos democráticos e populares revela o seu conteúdo de sustentação do capitalismo em crise. Os exemplos das administrações petistas em Diadema, São Bernardo,

Santo André, SP, etc demonstram que os reformistas uma vez no poder abandonam a demagogia eleitoreira e se tornam ferrenhos adversários da luta direta dos trabalhadores, utilizando-se dos recursos repressivos do Estado. Por isso, nesta eleição o problema não está na existência da disputa entre a direita e os progressistas. Mas sim da inexistência de um partido revolucionário, que se diferencia por não iludir as massas com as eleições e por se colocar claramente perante elas em defesa da destruição do sistema capitalista.

Admitir os argumentos dos reformistas significa renunciar ao combate à burguesia, às variantes burguesas do direitismo e do próprio reformismo. Significa abrir mão da construção da política proletária, que em sua essência se concentra na construção de um partido operário revolucionário. Em toda e qualquer eleição haverá sempre uma ala direitista e uma reformista burguesas. Na atual situação não há como o reformismo jogar um papel progressista frente a direita burguesa, uma vez que tem travado o desenvolvimento da luta operária.

A colaboração de classe do PT com os chamados progressistas do PSDB, PMDB, etc, que tem resultado na paralisação da CUT e em acordos do tipo montadora, é responsável pela sustentação da própria direita, ou seja da política patronal Somente através da luta de massa os trabalhadores poderão se confrontar com a burguesia e amadurecer para chegar ao poder pela via da revolução.

Por que defender o voto nulo programático

Os trabalhadores devem rejeitar a farsa eleitoral que está se armando. Todos os partidos em disputa trabalham por desviar a luta direta para a demagogia eleitoreira. Estão marcados pelo carreirismo, pela corrupção política e pelo compromisso com os exploradores. Por isso, não há que se votar em nenhum dos partidos. Apoiá-los significa manter a opressão social e exploração do trabalho. A posição dos trabalhadores conscientes é de anular o voto.

Mas não apenas anularemos o voto, defenderemos com este ato um programa anticapitalista, do qual faz parte as reivindicações mais elementares dos explorados. Diremos que queremos emprego, salário mínimo real, moradia e terra aos camponeses. Diremos que através de eleições e de apoio aos partidos patronais não poderemos arrancar uma migalha sequer da rica burguesia. Diremos que nosso voto nulo é uma denúncia contra a miséria e uma forma de luta contra o controle da burguesia sobre os assalariados.

Denunciaremos a direita malufista por manter o capitalismo a ferro e a fogo e denunciaremos o reformismo por manter o capitalismo através da colaboração de classes. Diremos

que a classe operária tende trilhar o seu próprio caminho, livre da manipulação da política burguesa. O objetivo da classe operária não é manter o regime que a explora e a esmaga, mas sim combatê-lo e destruí-lo.

Apoiar qualquer um dos partidos que ludibriam com o eleitoralismo e com a demagogia de que dias melhores virão é renunciar às reivindicações mais vitais para a sobrevivência dos assalariados e principalmente renunciar à tarefa de pôr fim ao capitalismo apodrecido. Nas eleições diremos Fora com os partidos burgueses direitistas e reformistas. Levantaremos a bandeira da construção do genuíno Partido Operário Revolucionário, cuja estratégia é a da emancipação dos trabalhadores pelos próprios trabalhadores, através da revolução e ditadura proletárias.

Não à farsa eleitoral!

Voto Nulo por uma Partido Operário Revolucionário!

Por uma campanha massiva pelo voto Nulo e em defesa da construção do Partido Operário Revolucionário

Formemos os comitês pelo voto nulo e pela luta direta dos trabalhadores.

A T.POR chama os trabalhadores e as correntes que se reivindicam do movimento operário a rejeitarem a farsa eleitoral e se posicionarem pelo voto nulo programático em defesa da construção do Partido Operário Revolucionário e pelas reivindicações das massas trabalhadoras.

A T.POR chama a Frente Revolucionária que se constituiu após a expulsão da Convergência Socialista do PT a se pronunciar a favor do voto nulo programático e a formar uma frente única de rechaço à farsa eleitoral e pela defesa das condições de vida das massas.

A T.POR chama os militantes da CUT e ativistas sindicais a combaterem

qualquer apoio do movimento operário ao reformismo traidor do PT. E que levante a bandeira da independência dos sindicatos e da CUT perante os partidos burgueses e o reformismo petista.

A T.POR chama os camponeses pobres a se unirem aos operários contra a manipulação eleitoral da burguesia. E a levantar a bandeira da aliança operária e camponesa em defesa da ocupação das terras, da auto-defesa e do fim do latifúndio.

A T.POR conclama os estudantes a se rebelarem frente à demagogia eleitoral. Que se levante a bandeira de unidade dos estudantes com a classe operária na defesa do ensino único, público, gratuito e laico e pelo fim da exploração do homem pelo homem.

A T.POR defende que se abra uma ampla discussão no movimento operário, popular e estudantil em torno do voto nulo programático, com objetivo de alcançar unidade dos explorados contra os exploradores.

A T.POR convoca todos os setores a se levantarem contra o governo corrupto de Collor e contra o desemprego e a brutal miséria. Chama a defender a formação dos tribunais populares pela apuração de seus crimes e fim desse governo. Em contraposição à demagogia eleitoral, a T.POR chama os trabalhadores a se unirem em torno da organização de uma campanha nacional de luta, construída sobre a base de assembléias em todos os setores da sociedade e que tenha por finalidade amadurecer as condições por uma greve geral por tempo indeterminado.

ECO-92 CAPITALISMO E DEVASTAÇÃO

O objetivo aparente da Eco-92 era o de aprovar um conjunto de medidas para o desenvolvimento mundial sem se aprofundar a devastação do meio ambiente e os desequilíbrios ecológicos. Também se anunciou a tarefa de retroceder a destruição já realizada. Se pretendia assim, com a maior reunião de todos os tempos, assinar uma série de tratados, em cuja base estaria a cooperação entre o Norte e o Sul, ou seja, entre as nações capitalistas adiantadas e as atrasadas.

Em torno da idéia de que os EUA, Europa e Japão, o grupo das 7 maiores potências, deveriam harmonizar seus interesses com o desenvolvimento do restante dos países pobres se mostrou um show gigantesco, emoldurado pelo ambientalismo, pacifismo ecológico e misticismo variado. Porém, retirar a retórica da preservação, do desenvolvimento sustentado, da valorização do homem como centro das preocupações, etc se evidenciou a face real dos interesses do imperialismo e a da submissão dos países semicoloniais (atrasados).

No fundo do fenômeno real da emissão de gases, do efeito estufa, da destruição dos rios, florestas e animais se revelou a incompatibilidade alcançada entre o modo de produção capitalista e a natureza, da qual o homem é integrante. O saque devastador do meio ambiente resulta do

sistema econômico baseado na exploração do trabalho, da busca incessante do lucro.

As forças produtivas não são desenvolvidas de acordo com as necessidades vitais e com a evolução da humanidade, mas sim de acordo com a necessidade de criação e concentração de capital. A natureza é saqueada, a classe trabalhadora é saqueada e os países atrasados são saqueados. Esta é a lógica das relações capitalistas de produção: De forma que a destruição da terra, das águas e da atmosfera protetora é inevitável sob o capitalismo, assim como é inevitável o crescimento da miséria absoluta, que atinge o extraordinário número de 1 bilhão de seres humanos.

O grande teatro montado no Rio de Janeiro somente serviu para mostrar a inviabilidade de qualquer solução real que saia da cooperação intercapitalista e interimperialista. Serviu para a pequena burguesia extravasar seus protestos à distância dos poderosos magnatas. Mas também serviu para mostrar às massas a impossibilidade de solucionar a destruição e a fome sob o regime anárquico de produção. Estas grandes questões mundiais são de ordem histórica, que quer dizer que sua solução depende de grandes transformações, que removam as causas últimas. A revolução socialista é o remédio para tal enfermidade.

**ESCREVA PARA O JORNAL MASSAS
O JORNAL QUE DEFENDE A
REVOLUÇÃO
E A DITADURA DO PROLETARIADO
CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO**

NO NORTE E
NORDESTE ESCREVA
PARA
CAIXA POSTAL
575 - AG.
CENTRAL
RECIFE - PE -
CEP 50001

BUSH ACHINCALHA A ECO-92

Nada no grande circo da ECO-92 teria força de tratado internacional. As cartas de princípios não passavam de intenções. E tudo dependia do imperialismo norte-americano. Evidentemente, se a metrópole ianque e seus comparsas europeus e japoneses obtivessem os objetivos desejados de controlar as florestas da Malásia, Brasil, etc então tudo estaria bem para ser cumprido.

Frente à impossibilidade dos países semicoloniais aceitarem tão escandalosa capitulação, embora servis, as convenções estabelecidas não passaram de aparências, basta se ver os termos genéricos e diplomáticos da "Declaração do Rio", também chamada de "Carta da Terra". Será mais uma "Declaração dos Direitos do Homem", que acoberta o direito dos

capitalistas superexplorarem e matarem de fome os desempregados.

Mesmo com toda essas formalidades, Bush achincalhou a Reunião Mundial capitalista desautorizando seus delegados a encontrar formulações negociadas em torno da Convenção da Biodiversidade. O guardião do mundo não pode admitir qualquer obstáculo, por mais formal que fosse, a seu império.

Por outro lado, a idéia de se conter o superconsumo da diminuta aristocracia mundial residente nos países imperialistas por si só era ridícula, contraditória com a essência do capitalismo. Assim, Bush escrachou as negociações e pisou na ECO-92 para dizer que não vinha pedir desculpas, provavelmente para recebê-las.

FIDEL CASTRO ENTRE OS CHEFES DE ESTADO

Em seu discurso na ECO-92, reservado para os chefes de Estado, Fidel Castro disse: "Uma importante espécie biológica corre o risco de desaparecer devido a rápida e progressiva liquidação de suas condições naturais de vida: o homem". Criticou as sociedades de consumo: "Elas nasceram das antigas metrópoles coloniais e de políticas imperiais, que geraram o atraso e a pobreza que hoje açoitam a maior parte da humanidade".

E qual foi a resposta a estas verdades? "Menos luxo e menos desperdício numa minoria de países, para que haja menos pobreza e menos fome em grande parte da Terra". Exigiu uma ordem econômica internacional justa. E acabou por perguntar: "Nesta hora em que desapareceram as supostas ameaças do com-

unismo e em que já não há pretexto para guerras frias, corridas armamentistas e gastos militares, o que impede destinar imediatamente esses recursos à promoção do desenvolvimento do Terceiro Mundo e ao combate da destruição do planeta?"

Se Fidel procurasse responder, encontraria as mesmas razões da impossibilidade do capitalismo imperialista estabelecer uma ordem mundial "justa" e reduzir seu desperdício para favorecer os países atrasados. O imperialismo é a ordem mundial e não poderá existir outra que não seja a do saque e da opressão nacional.

Em contraposição a ela, o internacionalismo proletário é a arma. Reivindicar migalhas e racionalidade para a anarquia capitalista é capitular.

MILITARES: A ESTRATÉGIA DO GOLPE

Na esteira das declarações de Figueiredo, apontando o caminho da contra-revolução sangrenta para solucionar os problemas do país, vem um documento assinado pelo chamado grupo Guararapes, formado por 36 generais reformados, reivindicando a posição histórica das Forças Armadas dentro das semicolônias, intitulado "A história brasileira e o poder político".

Na verdade, o que o grupo Guararapes reflete é a exigência de uma ampliação da intervenção das Forças Armadas no cenário político nacional, diante da crise de governo Collor, apresentando a intervenção militar como saída para a crise institucional.

No mesmo sentido, o governo da Bahia Antônio Carlos Magalhães levanta a discussão de revisão do papel das forças armadas. Para o famoso golpista

de 1964 e chefe das oligarquias reacionárias, trata-se de conferir aos militares o poder de intervenção cotidiana nos chamados assuntos internos do país. Isto quer dizer preparar as forças armadas para combater as greves e a possibilidade de uma grande explosão social das massas famintas.

Os reformistas democratizantes consideram salutar a atitude dos generais em discutir abertamente com o Congresso Nacional o novo papel das forças armadas. É o caso de José Genoíno do PT, que considera este fato um sintoma de fortalecimento da democracia.

Na verdade, os militares se articulam para proteger o regime político em crise e intervir a favor do capital contra os assalariados revoltados com a situação.

A política revolucionária, ao contrário, se coloca pela destruição do poder armado da burguesia através da luta direta dos trabalhadores e do armamento popular. Coloca para as tropas subordinadas que se aliem ao proletariado, empunhando a bandeira de não reprimir os oprimidos. Somente o combate das massas contra o Estado capitalista e a desintegração do poder militar poderá evitar que a crise em desenvolvimento dê lugar à posição fascizantes nas forças armadas e ao golpe gorila.

Assim, os generais se recusam a continuar no papel de simples guardiões das instituições burguesas. Exigem seu controle. Tal iniciativa conjunta assinala diretrizes golpistas como recursos para a grande crise de governabilidade e de regime político.

Que a CUT e os sindicatos chamem à formação dos tribunais populares !

LANÇADO O MOVIMENTO PELA CONSTRUÇÃO DA FRENTE REVOLUCIONÁRIA

A expulsão definitiva da Convergência Socialista (CS) deu lugar à formação de uma Frente Revolucionária, composta de vários outros pequenos grupos. Segundo seus organizadores, o objetivo é a construção de um novo partido. Puderam participar da formação da Frente e na elaboração da "Carta de Princípios" os agrupamentos que não fizeram e mantiveram críticas político-programáticas sistemáticas à Convergência Socialista. Por si só a discriminação a T-POR e Causa Operária demonstra que não se trata propriamente de uma frente daqueles que se reivindicam da construção do partido revolucionário e sim entre aqueles aptos a se dissolverem na linha estratégica democratizante da CS (governo dos trabalhadores saído das eleições).

De nossa parte, temos dito que essa linha não conduz ao partido marxista, mas ao centrismo esquerdizante,

uma variante à esquerda do PT, adaptada à democracia parlamentar e ao jogo eleitoral. Porém, se se trata de uma frente para se discutir o problema do partido, não há porque se impedir que os militantes pelo partido operário revolucionário possam colocar suas posições para o conjunto dos agrupamentos e trabalhar por determinar o caráter e o conteúdo dela.

O papel de arbitro e de hegemonia da CS determinou à priori a linha política da Frente. Esta já nasceu condicionada e limitada àqueles que não apresentaram uma nitida caracterização da vida política do morenismo. Uma vez que excluída a possibilidade de divergências estratégicas e táticas, como as desenvolvidas pela T-POR em torno da revolução e ditadura proletárias, caracterização do PT e da utilização da tática eleitoral, só resta a "frente" a dissolução dos agrupamentos.

UMA FRENTE POR UM PARTIDO REVOLUCIONÁRIO?

Uma frente em si mesma não pode objetivar dar lugar a um partido marxista, isto porque por sua própria natureza congrega correntes das mais diversas procedências, como é o caso da CS e o PLP. A essência do partido está na construção do programa da revolução socialista e sua fusão com o movimento instintivo das massas proletárias. O imediatismo da fusão de grupos distintos não possibilita se armar do programa, que não se trata de uma declaração genérica de bons princípios que circunstancialmente pode congregiar forças dispares e sem de análise e teoria marxistas extraídas da realidade do país.

Uma frente revolucionária deve potencializar a corrente que no seu interior está de posse da tarefa de construir o partido revolucionário. Uma frente com esse caráter significa que tomou em suas mãos tarefas concretas da luta de classes, que pos-

sibilitou avançar as tendências de ação direta dos trabalhadores. Uma frente antiimperialista revolucionária jogaria um papel extraordinário para o combate e para a independência política do proletariado. O partido que encarnasse sua direção estaria expressando a camada avançada do proletariado. Esta via sem dúvida potencializaria a construção do partido revolucionário.

Mas, infelizmente, a tática da Frente Revolucionária (FUR) dos morenistas da CS nada tem a ver com a tática marxista-leninista. Ao invés de pretender potencializar a ação direta das massas, arrastando para a frente os grupos vacilantes, pretende potencializar seu centrismo eleitoral. Foi assim que o Movimento ao Socialismo argentino (MAS) se comportou, até se esborçar em crise. Esta experiência se repetirá no Brasil

CARTA DA T-POR À FRENTE REVOLUCIONÁRIA

Temos procurado ser o mais preciso em nossas colocações políticas e na prática. O pior dos caminhos é se auto-enganar e enganar os demais. Por isso, em nenhum momento deixamos de reconhecer a importância de se discutir com as demais correntes que se reivindicam do marxismo a questão do partido, pois reconhecemos na luta política o meio para superar a crise de direção. Ao mesmo tempo, nos colocamos criticamente perante o processo de ruptura das esquerdas petistas e continuamos a fazê-lo no lançamento da Frente

Revolucionária. Ouvimos dizer que a T-POR foi excluída não por divergir ou criticar, mas por detratar as correntes de esquerda. Esta colocação não encontra fundamento em nenhum de nossos documentos ou artigos do jornal, que revelam com mais absoluta clareza a crítica político-programática não só à CS. É necessário que os militantes sérios da Frente rebatem essa acusação e exijam que se responda às críticas, como forma de amadurecer as idéias revolucionárias. Nesse sentido, a T-POR está lançando sua primeira

carta à Frente Revolucionária e está disposta a discutí-la abertamente no seu interior. Logo mais expressaremos nossa posição frente à Carta de Princípios que acaba de ser lançada. Sem rebair nossas divergências, lutamos por trabalhar por uma frente que potencialize a ação direta, se contraponha à ofensiva imperialista e à conciliação de classes e que potencialize o embrião do partido operário revolucionário a se desenvolver.

PORTUÁRIOS:

Viva a greve dos
portuários

Transformar a greve num amplo movimento antiimperialista

Deflagrada em 10/06, a greve dos portuários contra o projeto de lei nº 8, que regulamenta a privatização dos portos, atinge 100% de paralisação numa demonstração de unidade dos trabalhadores contra a desestatização dos portos, em defesa dos salários e empregos.

Em 3 dias, a greve conseguiu paralisar todos os portos do Sul e Sudeste, procurando se ampliar para outros portos do país, mostrando o caminho da greve geral por tempo indeterminado e da resistência como forma de luta própria dos trabalhadores.

Ao chamar a greve por tempo indeterminado, os portuários tomam a medida correta contra a destruição do setor portuário e, conseqüentemente, dos trabalhadores do setor.

O grande erro, entretanto, das direções do movimento é restringir o conteúdo da greve a não aprovação do PL/08 que trata, exclusivamente, da privatização dos portos, isolando-os, conseqüentemente, de outros setores que também se encontram em vias de privatização. A disposição de luta dos portuários demonstra que pode influir no ânimo dos demais trabalhadores contra a ofensiva pró-imperialista do governo Collor, que resulta em privatizações e desnacionalização da economia.

Um outro problema da greve diz respeito a tendência da direção burocrática em utilizar a greve como apenas um instrumento para se abrir uma negociação de compromisso pelas vias institucionais burguesas, admitindo uma emenda substitutiva que crie a gestão tripartite (União Estados/Municípios), com a possibilidade de passar parte do controle dos portos para a iniciativa privada. Assim, a direção da greve desvia seu objetivo central que é a de combater o processo geral de privatização do governo pró-imperialista. Mascara que as negociações corporativistas e de cúpula não barrará a privatização dos portos e o conseqüente desemprego.

Os portuários ao reagirem a privatização se colocaram na posição antiimperialista e defesa do estatismo. Para que possa avançar nessa posição não pode confinar o movimento aos portos e à perspectiva de uma solução de compromisso no interior da linha geral de desestatização de Collor. Aos portuários grevistas cabe superar o limite imposto por sua direção e exigir que a CUT chame a unidade operária contra o plano privatista do governo. E que coloque o controle operário sobre os portos e as empresas estatais, que deve se estender para toda a economia capitalista. É necessário ter claro que não há como o operariado travar a luta conseqüente limitando suas bandeiras à solução no interior das instituições burguesas, como o parlamento e seus partidos, que representam interesses de classe antagônicos.

PORTUÁRIOS: MENEGUELLI E O "VESPEIRO"

Questionado a respeito da possível deflagração da greve dos portuários, Jair Meneguelli afirmou que: "O governo mexeu num vespeiro, um setor em que todos os sindicalistas são contra a privatização, ao contrário da Usiminas, quando o sindicato apoiava a privatização" (diário Popular - 09.06). Declarou ainda que seu "medo" era de que a privatização do setor provocasse demissões. Propôs ainda que as possíveis demissões sejam discutidas com a categoria.

O "medo" de Meneguelli de que haja demissões é perfeitamente justificável, pois o próprio sindicato dos portuários avalia que ato contínuo à privatização, 7 mil portuários (só em Santos) perderão seus empregos. Entretanto, "medo" só se tem do que é impossível vencer. A pergunta que nos vem é se a CUT jogará todo seu peso para estender a luta dos portuários para todo movimento operário contra os planos privatistas do governo Collor.

A proposta de "discutir demissões com a categoria" foi a mesma de Vicentinho na defesa das demissões voluntárias na Volks, considerada uma "conquista dos

trabalhadores"!

O fato é que Jair Meneguelli está a favor das privatizações com o argumento demagógico de que haja "ampla discussão popular". Isso explica a colocação de Meneguelli de que diferentemente dos portuários na Usiminas não houve luta porque a direção sindical estava a favor da privatização. Na realidade a responsabilidade fundamental está na burocracia da CUT, que colabora com o plano de privatização através da omissão e de freio à luta antiimperialista.

Portanto, se existe "vespeiro", é que os trabalhadores começam a perceber o resultado imediato das privatizações: arrocho, desemprego e miséria e começam a fugir do controle da burocracia sindical que se vê obrigada a se mexer para não ser atropelada pelas massas revoltadas. A vanguarda dos trabalhadores devem rejeitar qualquer concessão a privatização seja com ameaça de demissão ou não, pois se trata do proletariado se confrontar com a ofensiva de recolonização do imperialismo e seu governo títere no Brasil.

LANÇAMENTO DO COMITÊ FORA COLLOR EM SÃO BERNARDO

A T-POR participou do lançamento do Comitê Fora Collor com o objetivo de defender a linha revolucionária de derubada do governo pela ação direta das massas. Demonstramos assim que a nossa divergência com o conteúdo democratizante do Fora Collor não nos impede de defer a mobilização e o conteúdo estratégico do fim do governo burguês. Nas discussões iniciais de conjuntura apresentamos nossas diferenças com a CS e outros agrupamentos sem que se bloqueasse as discussões

do Comitê. Na parte prática, os poristas lançaram a consigna de Tribunais Populares para apurar os crimes de Collor e para derrubá-lo pela vontade soberana da maioria explorada. Consideramos que os comitês devem se organizar em torno da bandeira de Tribunais Populares e abaixo o governo corrupto, antinacional e antipopular de Collor, devendo fazer parte dela as reivindicações elementares como salário e emprego.

IPERÓ: OCUPAR E RESISTIR

A suspensão da liminar até 18/06, que garante a posse da fazenda Ipanema (Iperó-SP) ao Ministério da Agricultura, não significa que as 3 mil famílias sem terras estarão seguras, ou que não haverá o despejo.

O despejo é certo, pois o objetivo do governo federal é retirar os sem terras daquele lugar, custe o que custar, mesmo sabendo que eles não têm para onde ir. Apoiar-se no argumento de que agora a área faz parte da Floresta Nacional de Ipanema, segundo decreto presidencial de 20/05. O IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio-Ambiente) considera "inconstitucional" assentar as famílias naquela área, mas considera constitucional que os latifundiários continuem expulsando os camponeses de suas terras, e o salário mínimo de

R\$ 230 mil, que tem jogado milhares de trabalhadores da cidade e do campo na miséria.

Não foi à toa que em menos de dez dias da ocupação da área, o governo conseguiu liminar de posse da terra, o cercamento da área pelo batalhão de choque para garantir o despejo, os ônibus para removê-los (mesmo sabendo que eles não tinham para onde ir, pois foram meeiros, trabalhadores desempregados, sem terras, etc).

Aos sem terra não resta outra coisa a não ser preparar a auto-defesa, a resistência, para enfrentar a ação policial que está por vir. Ao mesmo tempo, exigir dos sindicatos e da CUT a solidariedade operária ativa que unifiquem os sem terra numa campanha nacional contra o governo e os latifundiários.

PROBLEMA DA TERRA: ORGANIZAR A ALIANÇA OPERÁRIO CAMPONESA

Assim como em IPERÓ, existem milhares de sem terra no país. O número de ocupações no campo vêm aumentando. Também está aumentando a radicalização dos sem terra que enfrentam os jagunços e a polícia armada do Estado.

A existência dos sem terra é própria do país atrasado semicolonial. Os projetos burgueses de reforma agrária sempre faliram, prevalecendo o latifúndio.

A política de Colôr vem reforçando a propriedade das terras nas mãos dos latifundiários e do grande capi-

tal financeiro, expulsando os camponeses. Ao mesmo tempo, nas cidades vem aumentando o número de sem teto, com o arrocho salarial e o desemprego.

O problema da terra será solucionado com a expropriação - dos latifúndios, como parte da revolução proletária feita pela maioria nacional oprimida.

A unificação das lutas do campo e da cidade é o caminho para a efetivação da aliança operária e camponesa, importante para se avançar nesse objetivo estratégico.

A repressão petista aos condutores

Presos desde 19 de maio, os seis condutores acusados de depredação foram libertados em 09/06. Duzentos funcionários já foram readmitidos, "por debaixo dos panos" para não desmoralizar a administração da CMTC. A tarifa foi elevada em 33.3%. Sindicalistas interpelados judicialmente dizem estar tranquilos. A CUT pede moderação à administração petista. Crescem as denúncias com relação ao aumento abusivo das tarifas. São feitos atos e passeatas contra as demissões. Mas ninguém toca num ponto central: a administração Erundina. A culpa é jogada apenas sobre Paulo Sandroni, Luiz Rozas e Fleury.

Ocorre que Paulo Sandroni é Secretário dos Transportes da administração Erundina; Luiz Roza diretor da CMTC administrada por Erundina e Fleury entrou na "jogada" atendendo um pedido PESSOAL da Sra. Prefeita.

Por mais que os sindicalistas e a CUT tentem esconder o perfil repressivo que a prefeita vem traçando para sua administração, ao não denunciar abertamente a administração petista e sua "dama de ferro", Luiza Erundina, já não há mais como ocultar os passos do PT no caminho da traição e da colaboração de classes.

A posição de Luiza Erundina foi francamente pró-patronal durante a greve dos condutores. A comovente afirmação

de que os empresários não aguentariam mais um aumento de salário sem aumento de tarifas deve ter levado às lágrimas a burguesia.

A reposição (não aumento) de 89% veio parcelada. O aumento de tarifas veio à vista.

O arrocho, a repressão vêm sendo uma constante na administração Erundina, basta lembrar a greve anterior dos próprios condutores, os camelôs que voltam a ser alvo das "atenções" do governo democrático e popular petista.

Acobertar a crise interna do PT e, junto com Erundina, levar os trabalhadores à ruína e à prisão, é o que tem feito alguns diretores do sindicato que sequer tocam no nome da prefeita durante os atos e a própria CUT que ao expedir uma nota de repúdio a Erundina diz que a mesma não expressa a política do PT (Diário Popular - 06/06).

Basta de leves "puxões de orelha" há, que organizar a categoria contra as demissões, contra as prisões políticas e contra a administração petista de Erundina.

Vamos dar nome aos bois: Erundina arrocha salário, Erundina joga a polícia em cima de trabalhadores, Erundina favorece o empresariado, Erundina defende o Estado burguês, Erundina prende e espanca trabalhador, Erundina é o PT.

Comitê pela absolvição dos condutores

Formou-se em São Paulo, o Comitê pela Absolvição dos Condutores. O comitê já reuniu 3 mil assinaturas que deverão ser entregues ao Juiz Odyr Porto, instrutor dos processos contra os condutores presos.

É necessário, entretanto, compreender que prisões e processos políticos no país são uma constante e não fatos isolados e que os comitês devem ser unificados a nível nacional para ganharem força e expressão e dar poder de pressão a esses comitês sobre as instituições burguesas.

A T-POR já mantém há alguns meses um Comitê pela não Condenação de Boni, Romildo e Tonhão, envolvidos nas lutas dos sem terra de Diadema e este comitê já debate a questão dos condutores, manifestando seu apoio a libertação e absolvição dos companheiros condutores.

Unificar todas as correntes contra as prisões e processos políticos é o único caminho.

Ampliar a luta é a arma de que dispomos para enfrentar contra as perseguições do Estado burguês e suas instituições.

48 HORAS DE PARALISAÇÃO

Realizou-se nos dias 4 e 5 de junho a paralisação dos trabalhadores em educação. Essa forma de protesto, defendida pela diretoria da APEOESP, tinha como finalidade pressionar o governo a abrir negociações. Para isso, contou com o apoio das outras entidades, como Udemo, Apase, Afuse e CPP.

Contrariamente do que havia sido defendido pela Apeoesp, a unidade não ocorreu na prática. As entidades assinaram o manifesto mas não participaram das reuniões regionais, dos atos nas delegacias e, nas escolas, os diretores e funcionários permaneceram alheios às discussões que foram realizadas com os pais e alunos.

A paralisação nas escolas 1a., 2a. e 12a. delegacias de ensino atingiu uma parcela significativa de professores. Porém, estes não afluíram em massa para os atos regionalizados. Ou seja, mantiveram-se em suas escolas.

Os fatos comprovaram que estávamos corretos ao apontar que essa forma de luta não contribuiria para o avanço do movimento. Em primeiro lugar, porque os atos descentralizados não servem de pressão. Em segundo, a realização de atos sem uma assembleia geral para aprovar os novos passos de ação, só contribuiria para a desmobilização. Em terceiro, a unidade das entidades era de cúpula (direções) e não da base. E, por fim, esse protesto só serviria para desviar o conjunto dos trabalhadores em educação da perspectiva da greve.

O mais grave foi a conduta da diretoria da Apeoesp, que colocou na defesa das propostas antigrevistas das burocracias

sindicais, bem como do método da fragmentação (atos regionais), contrário a necessidade da unidade de ação do conjunto dos educadores. Nesse sentido, reforçou mais uma vez a política das pressões desacompanhadas de grandes manifestações da classe. As direções sindicais, numa frente burocrática, alimenta os trabalhadores em educação de ilusão na viabilidade de arrancar conquistas do Estado pela via do entendimento-pressão-negociação.

O novo sindicalismo (sindicalismo moderno como diz a diretoria da Apeoesp) está na contramão da necessidade da classe. Rechaçar a política da burocracia sindical, que vem impondo duras derrotas ao movimento, é tarefa essencial da vanguarda consciente. As lições dessa paralisação e da unidade burocrática, que formou para combater a via da construção da greve, devem ser potencializadas na perspectiva da unidade real das bases e no método próprio de luta dos trabalhadores.

A campanha salarial do primeiro semestre encerrou sem luta e sob a intensa campanha das diretorias contra a organização da greve. Fleury continuará com sua política de arrocho salarial e sucateamento do ensino público. Cabe, desde já, preparar ativamente o movimento para o início de agosto. Ao contrário da frente burocrática que se armou, devemos defender a unidade dos trabalhadores em educação juntamente com todo o funcionalismo, para em conjunto deflagrar o movimento grevista. A greve ativa e de massa deve ser a bandeira de nossa luta.

ELEIÇÃO DO CONSELHO DE REPRESENTANTES DA APEOESP: CRESCE O DESCONTENTAMENTO CONTRA A ARTICULAÇÃO

No dia 29 de maio foi realizada a eleição para a escolha do Conselho de Representantes (CR). A diretoria da Apeoesp, corrente política Articulação, sofreu uma dura derrota na região oeste de São Paulo. Os professores votaram na chapa de oposição, encabeçada pela T-POR.

O programa da oposição levantou a bandeira da independência sindical, da democracia operária e da luta contra a burocratização da Apeoesp. Da mesma forma, apontou a necessidade de pôr fim à política de conciliação de classe que tem levado o movimento dos professores à derrota. Concluiu a unidade dos trabalhadores em educação, juntamente com o funcionalismo público na preparação da greve para o segundo semestre, contra o corporativismo e a fragmentação das mobilizações.

Os professores responderam positivamente a essa posição de rompimento com o imobilismo da direção do sindicato e apoiaram aqueles que defendem a construção da ofensiva dos trabalhadores contra a política de arrocho salarial de Fleury. A votação em massa na chapa de oposição refletiu uma tendência de ruptura da classe com a burocracia sindical instalada na direção da Apeoesp.

A vitória da chapa de oposição na região oeste, embora seja ainda muito heterogênea, colocou como tarefa essencial a organização das escolas sob a base do programa independência de classe. Porém, a direção regional encontra o obstáculo maior que é ter na direção central a política da Articulação. Nesse sentido, essa tendência antiburocrática e defesa da democracia operária tem que necessariamente se generalizar em todo o Estado. O embrião do movimento de oposição nasce assentado num programa de classe e, com esse objetivo, é que devemos solidificar a oposição classista.

A crise europeia

A União Europeia, regulamentada pelo Tratado de Maastricht, tem sido colocada como a saída para a crise econômica e social do continente. A ratificação pela França e Grã Bretanha do tratado foi saudada como um grande passo para a Europa sem fronteiras a partir de 1993. O que quer dizer fundir mercados, criar a moeda única, estabelecer uma defesa comum e um Estado federativo, com características centralizadoras.

Destoando dos objetivos dos governos empenhados na aplicação do tratado de Maastricht, 50,7% dos eleitores dinamarqueses rejeitaram em plebiscito o acordo. Embora o partido direitista de Pia Kjaersgaard (Partido do Progresso) tenha feito a defesa do não, tendo por conteúdo a idéia de que o fim das fronteiras nacionais provocaria um deslocamento populacional, a maioria votou contra o tratado por outras razões. É que um dos aspectos centrais da unificação está em descarregar a crise capitalista sobre os assalariados. Com a unificação a Dinamarca teria de sacrificar os benefícios sociais, tidos como os mais avançados da Europa.

O parlamento inglês, apesar de ter votado majoritariamente no tratado, não deixou de expressar a importante divergência de Margareth Thatcher. Sem dúvida, a ex-primeira ministra encabeça uma ala da burguesia resistente a subordinar a débil Inglaterra à poderosa aliança franco-alemã. Thatcher acusa os franceses e alemães de tentarem impor "um Estado burocraticamente centralizado e estritamente regulamentado". Defende "um mercado livre e descentralizado, uma Europa de Estados soberanos baseada na competição entre sistemas de impostos e regulamentos nacionais diferentes, dentro de uma área de comércio livre". Desta forma indica que a centralização pretendida resultará em dissolução da Inglaterra. Explica que a união favorecerá a hegemonia alemã na Europa.

A unificação almejada não é fruto do desenvolvimento harmônico dos grandes países capitalistas europeus. A Inglaterra está a mais de 20 anos atrás em relação à Alemanha, cuja reunificação agiganta os alemães. Se uma ala da burguesia considera necessária a unificação para se alcançar equilíbrio, uma outra considera prejudicial justamente porque aumentaria os desequilíbrios, como expressa Thatcher. De fato, é inviável um planejamento comum dos estados nacionais imperialistas em que caibam os interesses particulares das frações burguesas.

O Tratado de Maastricht não responde a um problema estritamente europeu. Trata-se de uma grande luta que se desenvolve no seio do imperialismo como um todo. A unificação se constitui numa medida protecionista em relação à competição mundial com os Estados Unidos

e Japão. A crise de superprodução tem acirrado a guerra comercial e provocado um forte movimento defensivo. A posição unificadora da Alemanha e França corresponde a necessidade de maior desembaraço frente a hegemonia norte-americana do pós guerra e a ascensão do Japão na última década. A tentativa Franco-alemã de enfraquecer a OTAN, criando as Forças Armadas da União Europeia revela a agudização das contradições interimperialistas, que tem por base a evolução da crise estrutural do capitalismo.

A unificação é uma tentativa de administrar a crise capitalista e as contradições interburguesas através da imposição das nações poderosas sobre as mais débeis. Esta seria a via pacífica para amenizar as contradições. Por outro lado, seria a forma da burguesia europeia fazer frente à crise mundial, que vem atingindo profundamente os Estados Unidos. Procura-se se acomodar no quadro geral de esgotamento do mercado mundial. A outra via seria a de **potenciar a possibilidade do choque bélico.**

Está evidente para a burguesia alemã e francesa que a Inglaterra está no fundo do poço e que com a desagregação do estalinismo toda a Europa deverá se submeter à aliança Franco-alemã. Essa é uma condição para desafogar a própria Alemanha e França que assistem ao crescimento do desemprego e a necessidade de rebaixar violentamente os salários de seus trabalhadores. A greve dos funcionários públicos na Alemanha, as manifestações na Inglaterra e França são sintomas da crise social e expressam o desenvolvimento da luta de classes.

Por mais que a burguesia procure resolver o choque entre as fronteiras nacionais e as forças produtivas por elas contidas, não encontrará solução, pois o que comanda a crise

é a contradição entre as forças produtivas sociais e as relações capitalistas de produção na sua forma monopolista (imperialista). A saída sempre recairá sobre o proletariado e o conjunto dos assalariados. É necessário se combater a ilusão perigosa de que a unificação europeia é o remédio para o desemprego crescente.

O proletariado terá de responder com a luta direta e se elevar à altura do internacionalismo revolucionário, que historicamente coloca a revolução socialista mundial e responde ao problema de Europa com a bandeira de Estados Unidos Socialistas da Europa, como parte da luta mundial das massas.

Leia e divulgue os materiais do POR

Resolução do II Congresso

O Reformismo do PT e a Falência das Esquerdas

Balanço do I Congresso do PT

Resposta Trotskista a Crise da LIT

Documento da VIII Reunião do Comitê de Enlace

Resposta ao Impostor Moreno Guilherme Lora

Teses de Pulacayo, Guilherme Lora

Peça a lista de livros de Guilherme Lora pela caixa postal desse jornal.

Nossa posição diante dos 500 anos de opressão

Fernando Armas

Na medida de seu patriotismo (chauvinismo) belicista, o imperialismo (em particular o ianque) tem montado uma grande campanha propagandística sobre o Aniversário do "descobrimento" da América. A função política e ideológica da mesma - que por certo percorrerá todo o ano de 1992 - é anestesiar toda consciência antiimperialista, é potenciar seu papel de opressor através de agigantar o papel político de submetimento dos governos burgueses da América Latina. Com a farsa do "encontro de duas culturas", procura-se apresentar a sangrenta introdução do capitalismo nestas terras como um acontecimento progressivo, como síntese de duas culturas que se encontram.

Na verdade, o que se trata é de transmitir o conceito da "unidade continental" nos termos do projeto das Américas, isto é, do reforçamento da tutela ianque sobre seu pátio traseiro.

As outras frações do imperialismo, em especial o europeu, não ficaram atrás dos festejos. Não é de descartar, sem dúvida, que a social democracia e a igreja (através de sua "esquerda") promovam questionamentos aos festejos, em termos mais ou menos indigenistas.

Os marxistas devem explicar a conquista da América como uma necessidade histórica do desenvolvimento capitalista, o qual, pela natureza de exploração de classe desse sistema, não podia se dar de outra maneira que massacrando às civilizações e culturas existentes (pré-capitalistas), que existiam na América.

Voltados para o repúdio com asco do genocídio perpetrado pela cruz e espada, voltados para o terreno do boicote a toda atividade de festejo, ou de "reencontro de duas culturas", o fazemos explicando a nossa posição marxista: centenas de anos atrás o desenvolvimento das forças produtivas (limitado) não tinha dado lugar à classe social capaz de deter e esmagar tanto horror imperialista. 500 anos depois o desenvolvimento capitalista criou seu próprio coveiro, o proletariado, que dirigindo as massas exploradas do campo e da cidade deve expulsar o imperialismo e construir os Estados Socialistas da América Latina, elo da revolução socialista no mundo inteiro.

Ontem, a vitória imperialista foi um processo histórico, inevitável, não estavam dadas as condições objetivas para derrotar a "cruz e a espada".

Hoje, pelo contrário, essas condições objetivas estão fartamente maduras, em estado de decomposição. As possibilidades de vitória da luta antiimperialista estão diretamente subordinadas a resolução da crise de direção política do proletariado.

Deste ponto de vista, devemos aproveitar toda atividade ou iniciativa contra os "festejos dos 500 anos" para denunciar e desmascarar o papel contra-revolucionário do nacionalismo de conteúdo burguês ou pequeno burguês, ao qual estão fundidos, em geral, os grupos indigenistas. Em alguns países (Peru, Equador, Bolívia), o problema é da maior importância, dado que existem projetos concretos de formação de partidos índios, nova forma que assume o nacionalismo com pretensões policlassistas, mas na realidade de conteúdo burguês, já que é inimigo jurado da revolução proletária.

É essa revolução que conduz ao caminho ao socialismo, única via que permitirá consumir as reivindicações dos povos índios em todos os terrenos.

O repúdio ao massacre da cruz e espada passa pela luta para pôr em pé os partidos operários revolucionários que dirijam esse processo de emancipação nacional, cultural e social das nações oprimidas índias e dos explorados em geral. **(extraído do Jornal Massas argentino, n. 56)**